

A política do método psicanalítico

Isabela Nunes Pizzotti Ferreira¹

João Luiz Leitão Paravidini²

Resumo

Partimos da premissa de que há, desde Freud, um contínuo movimento rumo à construção de uma Psicanálise que subverte e resiste às intempéries de seu tempo. Compreendemos que uma das subversões da Psicanálise está diretamente associada à invenção do método psicanalítico. Com isso, este artigo tem como objetivo localizar a política engendrada no método da Psicanálise no contexto das pesquisas científicas. Dessa forma, concebemos que a política do método se vincula à capacidade de (re)introduzir a palavra ao sujeito no próprio âmbito do discurso da ciência; circunscrevemos essa política associada à construção de casos clínicos; delineamos que tanto a inclusão do sujeito no discurso da ciência quanto a transformação da teoria da Psicanálise agregam a política engendrada pelo método psicanalítico; alçamos que a política envolvida na construção de casos clínicos permite seguir as mutações da subjetividade do ser, ao acompanhar as mudanças do seu tempo; e concluímos que a pesquisa em Psicanálise que retorna aos territórios, que se inclina ao modo como o sujeito tem se apresentado no contemporâneo, continua atestando uma via de reconsiderar o sujeito, e sua palavra, no âmbito clássico das ciências, quiçá mantendo vivo e resistente, na diferença aos outros saberes, o fazer psicanalítico.

Palavras-chave: Política. Método. Psicanálise. Casos clínicos.

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: belinhanpf@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4090-7171>

² Professor Doutor associado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: jlparavidini@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2685-3808>

Introdução

Ao longo dos últimos anos, muitos psicanalistas têm ocupado os espaços públicos e privados na tentativa de forjar uma barreira aos discursos violentos e segregatórios que têm aflorado a sociedade contemporânea. Eles estão em conformidade com a assertiva de Lacan (1953/1998) que implica o analista a estar atento e à altura da subjetividade de sua época. Temos acompanhado alguns manifestos, por exemplo, o “Manifesto dos psicanalistas brasileiros pela democracia”,³ um documento que exalta a importância do regime democrático para a continuação do fazer psicanalítico, como também reafirma a importância da livre circulação da palavra na cidade. Por um lado, Laurent (2007) propõe uma mudança de paradigma, que se alia à sobrevivência da Psicanálise no contexto da história, do analista crítico e desidentificado, para o psicanalista cidadão – o qual é comprometido com a democracia e sensível às diversas violações de direitos, contribuindo, inclusive, para a complexa discussão que perpassa as concepções teóricas entre as questões universalizantes e a singularidade do ser.

Por outro âmbito, Birman (2020) e Izcovich (2018) lembram que o ofício do psicanalista só é realizável em regimes democráticos, uma vez que por mais que a democracia ainda se pautar no saber do mestre, isto é, baseia a sua organização em poderes hierarquizados, ela suporta as transformações subjetivas que ocorrem tanto na interioridade do sujeito quanto na dimensão coletiva – em outras palavras, a democracia sustenta a diferença e a pulsão. Mediante esses fatos, neste artigo, partimos da premissa de que, desde Freud, se percebe um contínuo movimento rumo à construção de uma Psicanálise que subverte e resiste às intempéries de seu tempo.

Compreendemos que uma das subversões do precursor da Psicanálise está diretamente associada à invenção do método psicanalítico. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é localizar a política engendrada no método da Psicanálise no contexto das pesquisas científicas. De início, concebemos que a política do método se vincula à capacidade de (re)introduzir a palavra ao sujeito; depois, circunscrevemos a sua política associada à construção de casos clínicos. Vale destacar que o nosso intuito não é adentrar no debate da cientificidade da Psicanálise, mas sim discutir a inversão que o método psicanalítico promove no âmbito dos estudos científicos.

A reinserção do efeito-sujeito no campo científico: retomando a palavra

Em primeiro lugar, no texto *O interesse sociológico da Psicanálise*, Freud (1913/1996) insiste na impossibilidade de dissociar o sujeito, e seu sintoma, do elo com a sociedade, embora a Psicanálise esteja imbricada aos aspectos mentais individuais. O autor marca o papel decisório das exigências da civilização para a existência das neuroses, ou seja, as repressões

³ O Manifesto reporta-se a uma comunicação pessoal, disponível em diversos meios de comunicação e que pode ser acessado no site <http://www.escolaletrafreudiana.com.br/manifesto-dos-psicanalistas-brasileiros-pela-democracia>. As instituições que assinaram esse documento foram sociedades psicanalistas, escolas de Psicanálise e associações de psicanalistas.

às pulsões produzem esse padecimento psíquico; ressaltando, ainda, que outras maneiras de se constituir, não pela neurose, poderiam advir se não fôssemos subjugados pelas imposições sociais.

Ao mesmo tempo, se recorrermos à própria definição de Freud (1923/1996) sobre a Psicanálise, em *Dois verbetes de enciclopédia*, é possível perceber que ele enfatiza três campos, sendo o primeiro uma ferramenta investigativa dos processos psíquicos não acessíveis por outras formas, o segundo um método que se enlaça à investigação para tratar os sofrimentos mentais e o terceiro, a partir da fusão entre os dois últimos, consiste nos materiais obtidos, cujo resultado poderia derivar em novas perspectivas científicas. Nesse escrito, o autor reconta sua astúcia ao abandonar a hipnose e fazer valer a associação livre, ou melhor, ao perceber o caráter de dependência entre paciente e médico pela via da sugestão, ele solicitou aos viventes que falassem o que lhes viessem à cabeça sem sucumbirem às peripécias das repressões.

A invenção freudiana funda, podemos dizer, a condição inegociável que cedeu à palavra sua primazia, questões determinantes para depurar o inconsciente – objeto tão caro à pesquisa em Psicanálise (Guerra, 2010). Dito de outro modo, Freud (1921/1996) não estabelece uma disjunção entre sociedade e sujeito, pelo contrário, ele aponta a homologia entre as formações inconscientes e as questões de cunho político e social, isto é, toda psicologia individual, de igual natureza, é social.

Para Checchia (2015), mesmo não citando a palavra política de maneira literal, Freud a materializou por alusões e metáforas. O autor elenca três âmbitos para explicar o pensamento freudiano sobre essa temática, são eles: “a dimensão psíquica na política, a dimensão política no psiquismo, e a dimensão política na técnica psicanalítica” (p. 53). A dimensão psíquica na política explora a gama dos textos sociais freudianos – a báscula inter-relaciona os conceitos psicanalíticos com a vida dos sujeitos na *pólis*, ora compreendendo os efeitos da repressão sexual e moral e o surgimento dos mal-estares, ora os impactos de um superego mordaz que incita o sentimento de culpa e os imperativos de gozo –; a dimensão política no psiquismo elucida os escritos de Freud sobre o poder e a metapsicologia, retratando a subjetivação pelo mando de cada instância psíquica – eu, isso, superego – e inconsciente, consciente, trama edípica; por último, a dimensão política na técnica psicanalítica aborda as questões do poder na vivência analítica. O que se observa é que esses três aspectos se entrecruzam em toda obra de Freud (Checchia, 2015).

Também, segundo Checchia (2015), a subversão que possibilitou o aparecimento da associação livre e as manifestações inconscientes está relacionada à abdicação do precursor da Psicanálise em sustentar um posto de poder, tanto em relação à sugestão quanto na função de médico. Checchia (2015) reflete asseverando que “a técnica e a política da Psicanálise, ou melhor, a *basiliké téchne* psicanalítica se originou dessa resistência de Freud a ocupar a posição do Um” (p. 418). Esse movimento do psicanalista austríaco em abdicar de técnicas e da sua posição de médico, conforme aponta Checchia (2015), o levou a assegurar a sua premissa mais fundamental: pedir ao ser que fale livremente. Cabe, agora, compreendermos os efeitos desse princípio na inserção da Psicanálise nos âmbitos científicos.

Nessa perspectiva, Freud (1919/1996), em “Sobre o ensino da Psicanálise nas universidades” , registra um ponto de tensão entre Psicanálise e universidade. O autor

mostrava-se esperançoso ao afirmar que o método psicanalítico poderia ser ministrado nas salas de aula, apesar de deixar explícito que outras formas de organização desse ensino poderiam acontecer fora dos registros regulares. Nesse artigo, o precursor da Psicanálise sinaliza a importância do diálogo entre o saber psicanalítico com outras áreas do conhecimento, como a Filosofia e a Sociologia, não ficando este restrito à Medicina. Essa anotação expõe como a ideia de Biologia, e seus constructos, fracassam para Freud, que tomado pelo objeto da Psicanálise, particularmente pelas noções inconscientes, promove um distanciamento com as ciências positivas ao instaurar uma outra maneira de operar no campo das ciências.

Então, se Freud (1917/1996) localiza a descoberta do inconsciente entre as três feridas narcísicas que abalaram o ser e, por consequência, as ciências positivistas, Lacan (1996/1998) reintroduz o sujeito no âmbito do cientificismo. Dessa maneira, é nesses termos que o psicanalista francês circunscreve, em *A ciência e a verdade*, o paradoxo entre os métodos científicos tradicionais e a Psicanálise. De modo simultâneo, o sujeito trabalhado pelo método psicanalítico é o mesmo das ciências modernas, porém o desarranjo está na impossibilidade em advir um sujeito, em causa de desejo, considerando-o somente por aquele viés. Por essa perspectiva, o sujeito é estéril no seu saber, ele tem um panorama já predeterminado, isso implica dizer que o saber do vivente fica apagado, sofre de distâncias. Para Lacan (1966/1998), a desordem no que tange à metodologia da Psicanálise é a reintrodução da verdade do sujeito como causa. Verdade que só pode ser apreendida pela metade, nunca na sua completude. Nessa ideia, o significante emerge sobre o sujeito dividido, e este não é um mero corpo biológico ou evolutivo, ele é causa.

Quando Lacan (1966/1998) demarca a ação sofrida sobre o sujeito dividido pelas ciências psicanalíticas, ele institui que esse saber se faz não todo. Essa Psicanálise não toda é ressaltada por Guerra (2010) ao considerar que o método psicanalítico opera sobre a castração. A autora elucida que, além de reintroduzir o sujeito no discurso científico, a Psicanálise retoma o campo do Real também foracluído. Mas somente com o ser reconsiderado na narrativa científica é possível forjar a ciência da Psicanálise, visto que sua subversão está justamente em lhe conceder a palavra, posição ética que possibilita a escuta do inconsciente, seu objeto de pesquisa, e, em paralelo, a assunção do desejo. Com essas ideias, Guerra (2010) localiza dois pontos do efeito que a Psicanálise, na radical escuta do sujeito, introduz no discurso da ciência: o desejo e o real.

Sobre o aparecimento do desejo, Izcovich (2018) ressalta que o exercício da Psicanálise é operar pela ética do desejo. Essa é sua gramática e deve ser engendrada no avesso à utilização do poder. A soma disso é o encontro do sujeito com sua singularidade, esse existir no um a um, o que possibilita a emersão de um vivente compadecido com a alteridade e a diferença dos corpos. Semelhantemente, Rosa (2016) relembra que o campo relacional do desejo, entremeado com as determinações culturais, históricas e políticas, produz um sujeito diferente da noção de indivíduo – em outras palavras, pela práxis do analista, o desejo retorna em causa e sua traquinagem maior é sempre escapar às malhas do poder.

Já em relação à dimensão do Real no âmbito científico, Lo Bianco e Costa-Moura (2017), à luz das ciências modernas, discutem as consequências destas no laço social. As autoras entendem que a sistematização matemática e a exatidão dos seus conceitos eliminaram a

Ferreira, I. N. P. & Paravidini, J. L. L.

dimensão de impossibilidade, ou seja, mensurar todas as variantes, inclusive o Real, tornou-se regra. Só que, além de controlar as variáveis, a sequela deixada por essas metodologias operou como um fechamento no efeito que o significante exerce na cultura. Como desfecho, tem-se um esvaziamento da noção de historicidade e a quantificação do indivíduo, no entanto a ciência não conta com a recusa do sujeito em escapar das medidas matemáticas e se fazer visto.

Para Lo Bianco (2010), esse não assujeitamento do ser em relação às práticas científicas tem congruência na forma como a Psicanálise é manejada nesse campo. Em seu texto, ela retoma a complexa discussão entre Psicanálise e universidade e examina o lugar que o saber ocupa em cada um deles. Por não ser uma relação naturalizada, pacífica ou dada, a autora demarca as diferenças e semelhanças dessas dimensões. Enquanto o discurso universitário porta um conhecimento formalizado, domínio das técnicas e certezas, a ciência psicanalítica denota “um saber que não se sabe” (Lo Bianco, 2010, p. 167), ela parte da verdade inconsciente. Seu ponto de ancoragem nesses territórios concebe a possibilidade de apreender os seus conceitos, a sua transmissão, mas é na *pausa* destes que ela sobrevive. Nas palavras de Lo Bianco (2010),

é na ênfase em sua face de saber a ensinar que a maior parte do que se manifesta como Psicanálise ganha publicidade e passa a ser comunicada nas diferentes instâncias em que está presente. E neste âmbito ela pode ser tomada como saber articulado de uma vez por todas, disponível para ser “aplicado” a um sem número de diferentes objetos. É nesta recusa quase total dos efeitos do corte que a instaura, que vemos muitas das condições do que é ensinado como Psicanálise se firmar. Há, sem dúvida, um pensamento sobre o inconsciente, mas este, mantendo-se na esfera do pensar, evita em suas formulações os efeitos que seriam provados pela incidência, nesse próprio pensar, da realidade do inconsciente. (p. 167).

Nessa direção, Pinto (2009) registra que a diferença do método psicanalítico na academia é propriamente validar as contingências, o que desponta no contrário à universalização dos constructos e dos corpos. Dirimir o universal significa compreender que a pesquisa em Psicanálise é feita a partir dos significantes do vivente, ali nasce a teoria. Além disso, o sujeito-autor é parte integrante da investigação, ele aparece na lacuna, no deslize do seu sintoma. Pinto (2009) descreve ser fácil compreender o porquê essa ciência é causa de estranhamento e incômodo na universidade, dado o fato de que ela exige, em sua construção investigativa, a suspensão temporária do seu saber e uma posição atórica para que alguma causa advenha do sujeito. Pela decifração significante, a Psicanálise trabalha com o vivente que resistiu às ciências tradicionais, ela opera no particular do laço social. O seu desafio, e ao mesmo tempo o seu assentimento ético, é o enlace entre a teoria, a escuta clínica e o método investigativo, especificados por Freud no que concerne ao exercício psicanalítico. Isso é o que deve ser considerado nas elaborações científicas nesse campo (Guerra, 2010).

Como vimos, no movimento de Freud de escutar os sujeitos, ele se deparou com o inconsciente. Essa descoberta freudiana reverbera e abala as ciências tradicionais. Lacan segue a deixa do pai da Psicanálise e reintroduz o sujeito no âmbito científico. A questão que se coloca é que os dois autores, mesmo que por perspectivas diferentes, subvertem o olhar ao sujeito, isto é, a palavra do ser é reconsiderada no discurso da ciência.

Pinto (2009) ressalva que é por dispor do método da Psicanálise, no contexto científico, que o efeito-sujeito aparece.

Nesse sentido, consideremos que a política do método psicanalítico, no âmbito das ciências, se alia à construção de casos clínicos. Dito de outra forma, há na construção de casos nuances sobre a forma como o sujeito tem se apresentado no contemporâneo. Nessa digressão, ainda consoante Pinto (2009), sendo o inconsciente o discurso do Outro, ele será perpassado pelas construções narrativas da época civilizatória. É por isso que as “respostas” da Psicanálise, diante dos sofrimentos dos sujeitos, caminham em conjunto com as mudanças subjetivas; elas acompanham os diferentes discursos produzidos no social. O autor ressalva que, independentemente da era imposta, a insistência na operação da escuta clínica persiste. Para nós, uma maneira de acompanhar as transformações subjetivas que perpassam a atualidade é pela construção de casos clínicos.

As nuances políticas na construção de casos clínicos

Vamos nos apropriar do sentido empregado por Freud (1937/1996) sobre o conceito de construção, depois iremos trazer o pensamento de autores contemporâneos em relação a construir casos nas pesquisas em Psicanálise, para então retornarmos à política engendrada na construção de casos clínicos. Viabilizada pela transferência, Freud relança seu olhar à técnica da associação livre, acreditando que ela possibilitaria ao sujeito reminiscências infantis de afetos e lembranças recalcados. No seio da transferência, o analisando é incentivado a associar livremente, assim como, por meio dela, cabe ao analista auxiliar nas lembranças das memórias ocultas, principalmente no exercício “de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*” (Freud, 1937/1996, p. 272).

Freud (1937/1996) associa as construções produzidas na sessão clínica com os achados de um arqueólogo – costurar e reconstruir elementos trancafiados. Nesse mesmo ponto, sobre a técnica, ele define uma diferença entre interpretação e construção: a primeira se relaciona com os conteúdos isolados produzidos na transferência, uma associação livre, ato falho, lapso, entre outros; a segunda implica o psicanalista, no âmbito do tratamento analítico, a devolver ao paciente recortes da sua história primeira que, até então, encontravam-se esquecidos. Em outros termos, a construção refere-se à junção e acréscimo de fragmentos que apareçam na transferência e a comunicação destes ao paciente. O que deve acontecer no território clínico é a construção, pois, à medida que surgem novos materiais e elementos na cena clínica, o psicanalista é impelido a construir algo sobre eles (Freud, 1937/1996). Nesse manejo entre a associação do paciente e a construção do psicanalista, compreendemos que a política do método psicanalítico se encontra aí: na descoberta freudiana de decantar e escavar os elementos inconscientes, solicitando aos pacientes que fizessem uso da palavra. Aliamos essa política, no âmbito científico, à construção de casos clínicos. Vale apreender as percepções de diferentes autores sobre a construção de casos no campo das ciências.

Dunker e Zanetti (2017) transpassam o conceito de construção elaborado por Freud do método de tratamento para o método de investigação. Os autores afirmam que,

transpondo o uso da construção no contexto do método de tratamento para a construção como método de investigação, percebe-se que o limite do que pode ser lembrado é dado pelo limite da preservação da forma narrativa. Quando esta fracassa em manter sua estrutura de ficção, que resguarda uma verdade transmitida, é preciso recorrer à construção, ou seja, à proposição de algo novo. É o ponto pelo qual se passa do documentário para a ficção. (p. 28).

Garcia-Roza (2008) recorda o caráter ficcional presente na metapsicologia freudiana. Mesmo parecendo esquisito pontuar a ficção que existe na teoria de Freud, foi por essa via que ele criou novos conceitos e hipóteses. Nessa mesma linha, Barth (2008) assegura que o caráter ficcional assumido pelos casos clínicos em Psicanálise, de início, pode sofrer críticas, mas é justamente o fato de essa ciência não corresponder aos métodos positivistas que se torna plausível investir nessa invenção. A lógica ficcional diz respeito à impossibilidade de relatar a concretude de narrativas que ocorreram na cena clínica, reconta-se uma reformulação e, por isso, ela é fictícia.

Essas questões sobre a ficção em Psicanálise podem ser mais bem elucidadas a partir das construções de Dunker (2017) em relação à verdade e realidade. O autor salienta que a concepção de realidade, para as ciências modernas, se alia à noção positiva de existência. Segundo o pesquisador, a Psicanálise promulga uma inversão ao estatuto da realidade compreendendo-o pelo viés da negatividade. O conceito de inconsciente em Freud e de Real em Lacan denunciam essas diferentes alusões. O inconsciente é a negação da consciência sem demarcar a sua inexistência; O real, por outro lado, é apreensível apenas em algumas percepções, por exemplo, na repetição – “Isso significa suspender nossa suposição corrente de que a realidade seja uma experiência imediatamente acessível em sua totalidade” (Dunker, 2017, p. 191). Essa questão que marca a negatividade nos preceitos psicanalíticos produz consequências na maneira como se alcança a verdade e, conseqüentemente, nos parâmetros de verificabilidade que perpassam o seu método. Porém, consoante Dunker (2017), verdade e realidade, na epistemologia psicanalítica, não devem ser pensadas por um modelo totalmente esférico de execução. Nas palavras do autor (2017), “passamos da realidade para a verdade por meio de uma torção, na qual não podemos localizar exatamente o ponto em que surge a ficção e onde desaparecem os fatos, e não obstante fatos e ficções estão presentes, permanentemente, em todo o conjunto do espaço” (p. 193).

Além disso, Fédida (1991) questiona a possibilidade de a Psicanálise construir casos, e o que fazem desses casos a serem analisados e construídos. A questão mais importante é como a apresentação dos relatos clínicos ganhará um curso discursivo do que assegurar as suas singularidades. Fédida (1991, pp. 230, 234, respectivamente) assinala que o caso é construído quando transpassa a história e as descrições; “é uma teoria em germen, uma capacidade de transformação metapsicológica”(p. 230); por isso a natureza de ficção é tão relevante, pois ela produz “modelos clínicos deformáveis e transformáveis”(p. 234).

Acordar uma maneira de demonstrar a experiência do caso clínico, no campo científico, é ressaltada por Vorcaro (2010). Inicialmente, a autora sublinha o debate entre as técnicas científicas e o método freudiano, realçando que a pouca orientação de Freud sobre os delineamentos da técnica é proporcional ao empenho dele em demonstrar a singularidade

em detrimento da universalização do objeto – assim, é pela mudez de táticas e estratégias que Freud conseguiu decantar os elementos inconscientes. É diante do esforço freudiano que Vorcaro (2010) intima os analistas à responsabilização de reinventar o método, em seu ato e a seu modo, ajustando uma maneira de contar o caso, sempre único.

Acontece que recriar um modo de escrever, de transpor o método para o campo da ciência, não é tarefa simples. Vorcaro (2010) enfatiza que o caso anuncia a junção do psicanalista com a clínica e não se limita apenas à escuta do paciente, inscrevendo como componentes fundamentais para construí-lo a literalidade da escrita e a problematização da teoria psicanalítica instituída. A primeira traduz o (des)encontro entre o pesquisador e o analista, ela declara a importância da transcrição dos dados no que o captura como possibilidade investigativa. É pelo transcrito, também, que pode advir a verdade do sujeito, aquilo a respeito do seu sintoma. Porém Vorcaro (2010) faz um chamado aos investigadores e ressalva que “interessa localizar, nos traços depositados da escrita literal, como o pesquisador ultrapassa sua transcrição” (p. 15).

Já o questionamento da própria teoria psicanalítica convoca o pesquisador a estar atento à singularidade do caso, o que ele apresenta de hipótese e pressupostos teóricos que, *a priori*, não se reduzem às bibliografias demonstradas. Nos dizeres de Vorcaro (2010),

A função do caso clínico na pesquisa em Psicanálise não é demonstrativa nem exemplar. Mostrando a oposição entre método psicanalítico e método científico, o caso clínico tem por função problematizar a generalização necessária à teoria, explodindo a imaginarização de universalidade da teoria sempre avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente. (p. 17).

Com um rigor teórico e peculiar tom poético, Iribarry (2003) inspira os analistas-pesquisadores a transformarem as transcrições, os dados da pesquisa, em texto. Para isso o autor propõe uma dobradiça entre o que denominou de transferência instrumentalizada e leitura conduzida pela escuta. A operacionalização da transferência refere-se à capacidade do investigador em se debruçar nos seus achados clínicos, correlacionando-os, numa postura aberta aos significantes que o fisga, à literatura científica encontrada. O método da leitura dirigida permite ao pesquisador, pela transferência instrumentalizada, conduzir-se ao material coletado na procura de significantes “já escandidos” (Iribarry, 2003, p. 127), tropeços, atos falhos e percepções transferenciais, semelhante ao que ocorre na escuta clínica. A identificação do investigador com esses elementos específicos, além de envolvê-lo subjetivamente na pesquisa, ultrapassa as referências disponíveis e o ajudam a bancar sua questão investigativa.

A construção do caso clínico, na percepção de Iribarry (2003), é uma maneira de operar com o método psicanalítico. Ele dialoga com Vorcaro (2010) ao propagar que um risco, na constituição do caso, é o pesquisador ser tomado por seu caráter imaginário, de ele se deixar levar por diagnósticos prontos que reduzem o paciente a determinadas estruturas clínicas ou a literaturas preexistentes. O autor destaca como fundamental o lugar da alteridade. Interessa, na escrita do caso, tanto a transferência com o paciente quanto a supervisão clínica, porque esta ampara o analista nos pontos obscuros, na sua repetição e no excesso da imaginarização.

Pelas perspectivas de Garcia-Roza (2008), Fédida (1991), Vorcaro (2010) e Iribarry (2003), conseguimos supor que a capacidade de transformar conceitos e ideias, em Psicanálise, ocorre,

desde Freud, no movimento de construir casos. Estevão e Hartmann (2020) demonstram um exemplo dessas reformulações teóricas feitas pelo precursor da Psicanálise exemplificando, pela leitura do caso Elizabeth, as remodelações sobre o conceito de sintoma. Ao deparar com essa paciente, Freud reescreve as causas dos conflitos psíquicos e as inter-relaciona à sexualidade infantil, isto é, ele não mais localiza em uma razão externa o fator do traumatismo psíquico, circunscrevendo-o a uma origem interna: “O que produz o recalçamento e a defesa não é reminiscência reelaborada de uma vivência infantil, mas o encontro com o desejo sexual infantil (normalmente incestuoso)” (Estevão & Hartmann, 2020, p. 137).

Os fragmentos do caso Elizabeth, considerado por Estevão e Hartmann (2020), é apenas um modelo que evidencia as variações ocorridas na base da teoria freudiana, principalmente quando Freud se inclina na escuta dos seus pacientes. No entanto uma pergunta ainda se faz necessária: o que construir casos, nas pesquisas em Psicanálise, tem a ver com a política? Dunker (2017) bem ressalva a política do caso clínico, afirmando que “o contexto, em que a formação de analistas e a transmissão da Psicanálise prescindir de casos clínicos, é o contexto, no qual os mestres manterão sua autoridade sem que nada na experiência possa questioná-lo” (p. 207).

Corroboramos o pensamento de Dunker (2017), ao percebermos que, desde Freud, há uma política engendrada na construção de casos clínicos, a qual se alia a prescindir a uma posição enrijecida de poder e analisar o desejo do sujeito, devolvendo-lhe à palavra. Consideramos que a política na construção de casos clínicos aponta para o retorno do sujeito, muito deles relegados às margens, no *em cena* da investigação científica. Ou seja, deixarmos nos guiar pela sua tonalidade, pelo seu discurso, pela sua verdade e, a partir disso, estabelecer pressupostos teóricos. É por essa via que a política do método se embasa na radical escuta do sujeito, no âmbito das ciências, e na formalização dessa escuta mediante a construção de casos clínicos.

Considerações Finais

Ao longo do artigo, localizamos a política engendrada no método psicanalítico no eixo das ciências. Conforme descrevemos, entendemos que a política se associa à construção de casos clínicos. Autores como Checchia (2015), Guerra (2010) e Pinto (2009) retratam que uma das subversões da Psicanálise no discurso da ciência é a inclusão do sujeito no próprio campo científico. Nesse contexto, o primeiro autor ressalta que foi pela abdicação de Freud a lugares de poder – a Medicina e a sugestão – que lhe foi possível debruçar sobre a escuta do sujeito e apreender a técnica da associação livre. Já Guerra (2010) relembra que, no campo das ciências, a assunção ética da Psicanálise alia-se à escuta do inconsciente ao reconsiderar o desejo e o real. Por último, Pinto (2009) afirma que o método da Psicanálise valida as contingências, as singularidades e, por meio disso, o efeito-sujeito aparece.

Por outro lado, também salientamos, com Vorcaro (2010) e Dunker (2017), que a construção de casos clínicos permite transformar, questionar e, principalmente, ir além da teoria psicanalítica já instituída na literatura científica. Com esses autores citados, podemos dizer que tanto a inclusão do sujeito no discurso da ciência quanto a transformação da própria

teoria da Psicanálise agregam a política delineada pelo método psicanalítico. Isso porque a política envolvida na construção de casos clínicos permite seguir as mutações da subjetividade do sujeito ao acompanhar as mudanças do seu tempo. Para além disso, consideramos que a pesquisa em Psicanálise que retorna aos territórios, que se inclina ao modo como o sujeito tem se apresentado no contemporâneo, continua atestando uma via de reconsiderar o sujeito, e a sua palavra, no âmbito clássico das ciências, quicá mantendo vivo e resistente, na diferença aos outros saberes, o fazer psicanalítico. Ou seja, além de, para Dunker (2018), a experiência da construção do caso interligar a história do paciente com os aspectos coletivos, antropológicos e sociais, ela se recusa a regulamentar qualquer campo patológico.

Referências

- Barth, L. F. B. (2008). O caso metapsicológico: o papel da construção e da ficção em Psicanálise. Da figuração à transfiguração da fantasia na construção do caso: as ficções metapsicológicas *Psychê*, 12(22). Recuperado em 02/09/2024 https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-11382008000100011&lng=pt&nrm=is
- Birman, J. (2020). Apresentação: Cartografia psicanalítica da política. In Birman, J., Fortes, I. & Macedo M. (Orgs.). *Psicanálise e política* (pp. 7-15). São Paulo: Zagodoni.
- Checchia, M. A. (2015). *Poder e política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume.
- Dunker, C. I. L. (2017). A garrafa de Klein como método para construção de casos clínicos em Psicanálise. In Dunker, C. I. L., Ramirez, H. A. & Assadi, T. C. (Orgs.). *A construção de casos clínicos em Psicanálise: método clínico e formalização discursiva* (pp. 181-231). São Paulo: Annablume.
- Dunker, C. I. L. (2018). Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. In Safatle Junior V. & Dunker, N. S. (Orgs.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico* (pp. 317-351). Belo Horizonte: Autêntica.
- Dunker, C. I. L., & Zanetti, C. E. (2017). Construção e formalização de casos clínicos. In Dunker, C. I. L., Ramirez, H. A. & Assadi, T. C. (Orgs.). *A construção de casos clínicos em Psicanálise: método clínico e formalização discursiva* (pp. 23-45). São Paulo: Annablume.
- Estevão, I., & Hartmann, F. (2020). Relações entre Psicanálise e política: os limites do poder na prática analítica. In Birman, J., Fortes, I. & Macedo, M. (Orgs.). *Psicanálise e política* (pp. 135-143). São Paulo: Zagodoni.
- Fédida, P. (1991). *Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia. In Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (1996). Construções em análise. In Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1937).
- Freud, S. (1996). O interesse sociológico da Psicanálise. In Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913).

Ferreira, I. N. P. & Paravidini, J. L. L.

- Freud, S. (1996). Sobre o ensino da Psicanálise nas universidades. In Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada 1919).
- Freud, S. (1996). Psicologia das massas e análise do eu. In Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (1996). Uma dificuldade no caminho da Psicanálise. In Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1917).
- Garcia-Roza, L. A. (2008). *Introdução à metapsicologia freudiana, volume 1: sobre as afasias (1891)/O projeto (1895)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Guerra, A. M. C. (2010). Psicanálise e produção científica. In Kyrillos Neto, F. & Moreira, O. M. (Orgs.). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade* (pp. 130-145). Barbacena, MG: EdUEMG.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa em Psicanálise. *Revista Ágora*, 6(1), 115-138.
- Izcovich, L. (2018). Psicanálise e política. *Stylus Revista de Psicanálise*, (36), 11-26. Recuperado em 20/10/2020, de <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/291>.
- Lacan, J. (1986). *O seminário: O ato psicanalítico* (Vol. 15). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1967).
- Lacan, J. (2007). *O seminário: O sinthoma*. (Vol. 23) Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1975/1976).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1953).
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1966).
- Laurent, E. (2007). *A sociedade do sintoma*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Lo Bianco, A. C., & Costa-Moura, F. (2013). Ato teórico, ato ético. *Tempo psicanalítico*, 45(2), 249-266. Recuperado em 02/09/2024 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200002
- Lo Bianco, A. C., & Costa-Moura, F. (2017). Inovação na ciência, inovação na Psicanálise. *Ágora*, 20(2), 491-508. Recuperado em 12/10/2020 de <https://www.scielo.br/j/agora/a/bbkLrPLkLgqLSr7whjpHHyS/abstract/?lang=pt>
- Lo Bianco, A. C. (2010). O saber inconsciente e o saber que se sabe nos dias de hoje. *Ágora*, 13(2), 165-173. Recuperado em 11/09/2019 de <https://www.scielo.br/j/agora/a/Wjr8WbzfZkZrkM7dfRGRXZP/abstract/?lang=pt>
- Pinto, J. F. (2009). Uma política de pesquisa para Psicanálise. *Revista CliniCaps*, 7(1), 1-18. Recuperado em 01/04/2019 de https://www.academia.edu/794787/UMA_POL%C3%8DTICA_DE_PESQUISA_PARA_A_PSICAN%C3%81LISE_A_RESEARCH_POLICY_FOR_PSYCHOANALYSIS
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In. Neto, K. F., Moreira, J. O (Orgs), *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade* (pp. 11-24). Barbacena: EdUEMG

The politics of the psychoanalytic method

Abstract

We start from the premise that, since Freud, there has been a continuous movement towards the construction of a Psychoanalysis that subverts and resists the storms of its time. We understand that one of the subversions of Psychoanalysis is associated with the invention of the psychoanalytic method. Thus, this article aims to locate the policy engendered in the method of Psychoanalysis in the context of scientific research. We conceive that the politics of the method is linked to the ability to (re) introduce the word to the subject within the scope of the discourse of science. We circumscribe politics associated with the construction of clinical cases. We outline that both the inclusion of the subject in the discourse of science and the transformation of the theory of Psychoanalysis aggregate the policy engendered by the psychoanalytic method. We emphasize that the policy involved in the construction of clinical cases allows us to follow the mutations of the being's subjectivity when following the changes of his time. We conclude that research in Psychoanalysis that returns to territories, which is inclined to the way the subject is presented in the contemporary, continues to attest to a way of reconsidering the subject, and his word, in the classical scope of science, perhaps keeping alive and resistant, in difference to other knowledge, the psychoanalytical practice.

Keywords: Politics. Method. Psychoanalysis. Clinical cases.

La política del método psicoanalítico

Resumen

Partimos de la premisa de que, desde Freud, ha habido un continuo movimiento hacia la construcción de un Psicoanálisis que subvierte y resiste las tormentas de su tiempo. Entendemos que una de las subversiones del Psicoanálisis está directamente asociada con la invención del método psicoanalítico. Así, este artículo tiene como objetivo ubicar la política engendrada en el método del Psicoanálisis en el contexto de la investigación científica. Concebimos que la política del método está ligada a la capacidad de (re)introducir la palabra al sujeto en el ámbito del discurso de la ciencia. Circunscribimos esta política asociada a la construcción de casos clínicos. Esbozamos que tanto la inclusión del sujeto en el discurso de la ciencia como la transformación de la teoría del Psicoanálisis se suman a la política engendrada por el método psicoanalítico. Destacamos que la política involucrada en la construcción de casos clínicos nos permite seguir las mutaciones de la subjetividad del ser siguiendo los cambios de su tiempo. Concluimos que la investigación en Psicoanálisis que retorna a territorios, que se inclina por la

forma em que el sujeto ha sido presentado en lo contemporáneo, sigue dando fe de una manera de reconsiderar el sujeto, y su palabra, en el ámbito clásico de la ciencia, quizás manteniéndose viva y resistente, a diferencia de otros conocimientos, la práctica psicoanalítica.

Palabras clave: Política. Método. Psicoanálisis. Casos clínicos.

La politique de la méthode psychanalytique

Résumé

nous partons du postulat que, depuis Freud, il y a eu un mouvement continu vers la construction d'une Psychanalyse qui subvertit et résiste aux tempêtes de son temps. On comprend qu'une des subversions de la Psychanalyse est directement associée à l'invention de la méthode psychanalytique. Ainsi, cet article vise à situer la politique engendrée dans la méthode de la Psychanalyse dans le contexte de la recherche scientifique. Nous concevons que la politique de la méthode est liée à la capacité à (ré)introduire la parole dans le sujet dans le cadre du discours de la science. Nous circonscrivons cette politique associée à la construction de cas cliniques. Nous soulignons que tant l'inclusion du sujet dans le discours de la science que la transformation de la théorie de la Psychanalyse s'ajoutent à la politique engendrée par la méthode psychanalytique. Nous soulignons que la politique engagée dans la construction des cas cliniques permet de suivre les mutations de la subjectivité de l'être tout en suivant les changements de son époque. Nous concluons que la recherche en Psychanalyse qui retourne aux territoires, qui est encline à la manière dont le sujet a été présenté dans le contemporain, continue d'attester d'une manière de reconsidérer le sujet, et sa parole, dans le cadre classique de la science, peut-être en gardant vivant et résistant, à la différence des autres savoirs, la pratique psychanalytique.

Mots-clés: Politique. Methode. Psychanalyse. Cas cliniques.

Recebido em: 29/8/2022

Aceito em: 12/1/2024